

ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E LUTA ANTIFASCISTAS REPERCUSSÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL E PROCESSOS FORMATIVOS DA CLASSE TRABALHADORA¹

José Dari Krein²

Introdução

O presente texto retoma e aprofunda o tema abordado na exposição realizada durante o Intercrítica de 2024³, intitulada “*Alterações nos Mundos do Trabalho e Lutas Antifascistas: Repercussões nas Políticas Educacionais e nos Processos Formativos da Classe Trabalhadora*”⁴. O objetivo é concentrar-se especificamente na análise da natureza das mudanças no mundo do trabalho na atual quadra histórica, situando tais transformações em um cenário de ascensão de forças de extrema direita e de respostas antifascistas. Parte-se do pressuposto de que não é possível compreender o sentido e o alcance dessas lutas — e tampouco vislumbrar alternativas democráticas — sem compreender as transformações estruturais e conjunturais que atravessam o trabalho no capitalismo contemporâneo.

A hipótese central é que as transformações econômicas, tecnológicas e políticas das últimas décadas intensificaram a desestruturação de um mercado de trabalho que, no caso brasileiro, jamais foi organizado (Machado Silva, 1991) ou articulado de forma inclusiva (Baltar, 2003). O resultado é a proliferação de ocupações precárias, instáveis, marcadas pela informalidade e pela ausência de direitos. Esse processo não apenas acentuou desigualdades, mas também alimentou

¹ DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.intercriticaVI.03>

² Docente da Universidade Estadual de Campinas, possui doutorado em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2007), pesquisa mercado e relações de trabalho, com ênfase nos impactos da reforma trabalhista, nas mudanças do trabalho, o sindicalismo e as negociações coletivas. Professor do Instituto de Economia da Unicamp, Pesquisador do CESIT (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho) e da coordenação da REMIR (Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista).

³ Tive a alegria de compartilhar a mesa com o Roberto Leher, sob a coordenação de Maria Clara Fischer, os quais agradeço muito pela possibilidade de interagir, assim como a comissão organizadora do evento, no IF de Camboriú.

⁴ O texto foi escrito a partir da fala no evento, mas trouxe outros elementos complementares. A revisão foi feita com ajuda da IA.



descontentamentos sociais que têm sido capturados por projetos políticos autoritários, muitas vezes mobilizando valores regressivos e antissolidários.

No entanto, é essencial reconhecer que a crise do trabalho não é um fenômeno isolado. Ela deve ser compreendida como parte de uma crise mais ampla e multifacetada que afeta os fundamentos da vida em sociedade. Vivemos uma crise ambiental de proporções dramáticas; uma crise política de representação, na qual instituições clássicas perdem capacidade de organizar e expressar interesses coletivos; uma crise geopolítica que reposiciona forças globais; uma crise econômica que abala os fundamentos da própria ciência econômica e questiona o modelo da globalização financeira; e uma crise de valores, que corrói as bases da coesão social. A crise do trabalho, portanto, deve ser localizada dentro desse conjunto de inflexões profundas que marcam o tempo presente. Ao mesmo tempo em que revela contradições estruturais do capitalismo, essa crise pode também abrir perspectivas para novos olhares e alternativas de organização social.

Também, é preciso reconhecer que o trabalho perdeu prestígio na política, na sociedade e mesmo na academia. O tema foi praticamente ausente nas eleições de 2022 no Brasil, restringindo-se a menções genéricas à geração de empregos por meio do crescimento econômico. Na universidade, embora persistam espaços de reflexão vigorosos — como o GT Trabalho do Intercrítica, que motivou este texto —, observa-se uma tendência de marginalização do trabalho enquanto categoria analítica e eixo estruturador da vida social. Tal afastamento é sintomático da hegemonia de um discurso neoliberal que desloca o foco do coletivo para o indivíduo, da política para a gestão, da proteção social para o empreendedorismo.

Diante disso, este texto busca contribuir para a recuperação do trabalho como dimensão central da vida humana e da organização social. Ele está estruturado em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta um panorama das principais características do trabalho hoje e seus problemas mais urgentes. A segunda faz considerações sobre as mudanças tecnológicas e seus impactos no trabalho. A terceira apresenta as políticas implantadas pela direita, que contribuíram para precarizar o trabalho. A última introduz a discussão de que a precarização do mundo laboral abriu espaço para extrema direita, o neofascismo avançar em novas bases sociais.

Ao articular essas dimensões, pretende-se contribuir para uma análise crítica, interdisciplinar e situada das transformações no mundo do trabalho, reafirmando sua centralidade como chave para compreender as crises do presente e imaginar alternativas emancipadoras.

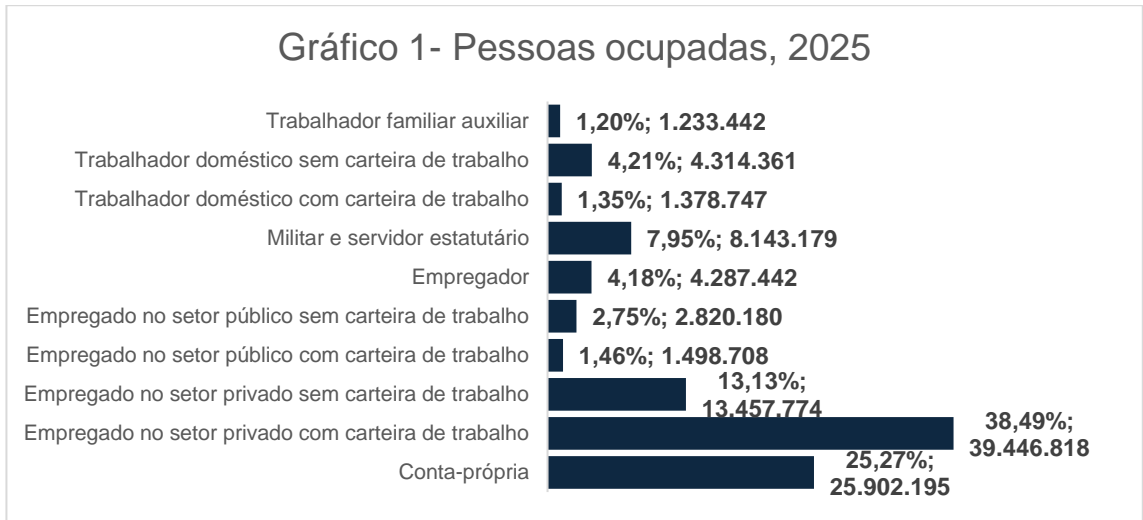
Uma fotografia crítica dos problemas do trabalho

Uma das questões mais urgentes e estruturantes da sociedade brasileira e do capitalismo — e de grande parte das sociedades contemporâneas — é a ausência de empregos e trabalhos de qualidade para todas as pessoas disponíveis para trabalhar. Este não é um problema conjuntural, nem um mero reflexo da oscilação dos ciclos econômicos; trata-se de um impasse histórico e estrutural, que expressa os limites de um modelo de desenvolvimento que introduziu a informalização no centro da dinâmica de acumulação. Em sua raiz, o problema revela a combinação entre uma dinâmica produtiva de desindustrialização do país, com a criação de uma sociedade de serviços, provocado também pela crescente desigualdade de renda entre famílias, a mercantilização de todas as esferas de existência, novos padrões de consumo, de mudanças tecnológicas e de reformas trabalhistas que permitem contratos mais precários, tais como a terceirização e o trabalho intermitente, parcial etc.

Apesar da recente queda na taxa de desemprego — que atingiu 6,6% no final de 2024, o menor patamar desde o início da série histórica da PNAD Contínua (2012) —, essa melhora aparente não representa a superação da crise estrutural do trabalho no Brasil. Isso porque uma parcela significativa da população não pode se dar ao “luxo” de permanecer desempregada, sendo obrigada a aceitar qualquer forma de ocupação, muitas vezes marcada pela informalidade, baixa remuneração e ausência de direitos. Os dados da PNAD Contínua/IBGE, referentes ao início de 2025, revelam a dimensão dessa realidade: são cerca de 50 milhões de pessoas em situação de inserção precária no mercado de trabalho, incluindo 42,5 milhões de trabalhadores informais (sem carteira assinada ou autônomos sem CNPJ) e 7,7 milhões de desempregados. Esse número não inclui os desalentados, os trabalhadores terceirizados mal remunerados ou os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, o que tornaria o cenário ainda mais preocupante. Além disso, a precariedade do trabalho possui um marcado recorte racial e de gênero. Um exemplo

expressivo é a taxa de subutilização da força de trabalho, que ao final de 2024 era de 23% entre as mulheres negras, quase três vezes maior do que a registrada entre os homens brancos (9,3%). Isso evidencia que, embora o número agregado de desempregados tenha diminuído, persistem desigualdades estruturais profundas na forma como diferentes grupos acessam o trabalho — em termos de qualidade, estabilidade e rendimento.

O gráfico abaixo, com base em dados da PNAD Contínua do IBGE para o início de 2025, mostra que o número de assalariados com carteira de trabalho assinada, somado aos servidores públicos estatutários e militares, chega a 50,4 milhões de pessoas. No entanto, ter a carteira assinada não é sinônimo automático de emprego de qualidade. Segundo a mesma pesquisa (PNAD Contínua, final de 2024), 82% das mulheres negras recebem até dois salários mínimos, percentual que é de 72% entre os homens negros, 63% entre as mulheres brancas e 51% entre os homens brancos. Esses dados evidenciam que receber até dois salários mínimos mantém grande parte da população em condições de precariedade, mesmo com vínculo formal de trabalho. Além de ser uma realidade generalizada, a baixa remuneração afeta de maneira profundamente desigual diferentes grupos sociais, penalizando sobretudo as mulheres negras, que enfrentam a maior concentração de rendimentos baixos, em uma intersecção de desigualdades de raça e gênero.



Fonte: elaboração própria.

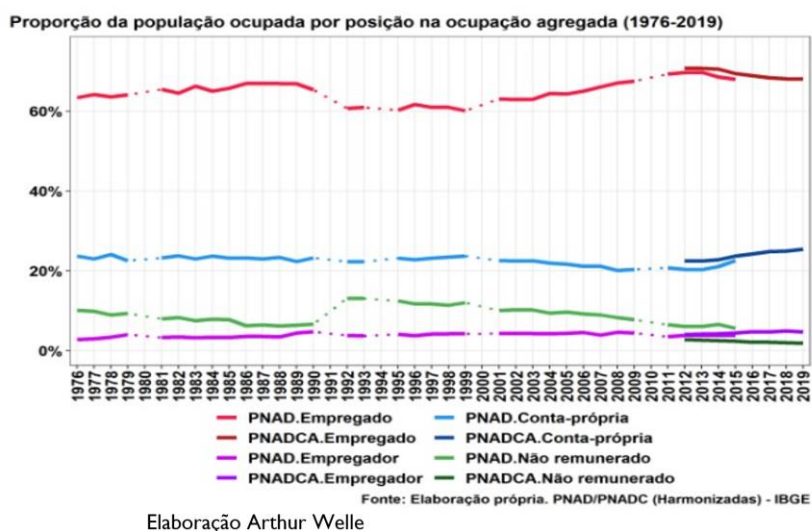
O que se observa, portanto, é a consolidação de um mercado de trabalho profundamente desorganizado, heterogêneo e marcado pela precariedade. Para uma parcela significativa da população, tende a prevalecer a lógica da “viração” — termo

que expressa a busca cotidiana, improvisada e muitas vezes desesperada por meios de sobrevivência. Essa realidade se manifesta de forma emblemática nos trabalhadores de plataformas digitais, cuja inserção laboral é caracterizada pela instabilidade, pela ausência de direitos trabalhistas e por uma remuneração volátil e imprevisível. Embora formalmente classificados como “autônomos”, esses trabalhadores estão, na prática, subordinados às plataformas, que, por meio da programação algorítmica, controlam o ritmo, as condições e a remuneração da atividade — tudo isso voltado à lógica da acumulação privada e da maximização do lucro. Trata-se, portanto, de uma das expressões mais avançadas da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo: empresas conseguem mobilizar um contingente massivo de trabalhadores, explorando sua força de trabalho sem assumir qualquer responsabilidade legal sobre eles, nem garantir direitos mínimos como jornada, proteção social ou remuneração adequada.

Essa precariedade generalizada não é fruto de um problema conjuntural, mas sim da própria lógica produtiva e política do capitalismo neoliberal. Como regra, não há, nem haverá, emprego de qualidade para todos dentro desse modelo de acumulação. Mesmo em contextos de crescimento econômico, os postos de trabalho gerados são, em sua maioria, mal remunerados, instáveis e com baixa densidade de direitos. O tipo de ocupação predominante é resultado não apenas de variáveis tecnológicas ou econômicas, mas de escolhas políticas e de relações de poder. O que a sociedade considera como “trabalho digno” ou “ocupação necessária” está profundamente vinculado às prioridades coletivas — ou à ausência delas.

Um exemplo emblemático disso é o emprego doméstico. Mesmo com o avanço da escolarização e das lutas feministas, o Brasil mantém quase 5,7 milhões de pessoas ocupadas nesse setor (conferir gráfico 1), em sua maioria mulheres negras. Trata-se de uma atividade que resiste historicamente à formalização e que permanece socialmente desvalorizada. Nos países centrais, o trabalho doméstico foi em grande medida substituído por serviços públicos coletivos ou redistribuído de forma mais equitativa entre os membros das famílias. Com a crescente desigualdade nos países centrais, é uma ocupação que começa a se desenvolver. No Brasil, sua permanência expressa a persistência de uma estrutura social profundamente desigual, herdeira do escravismo e da concentração de renda.

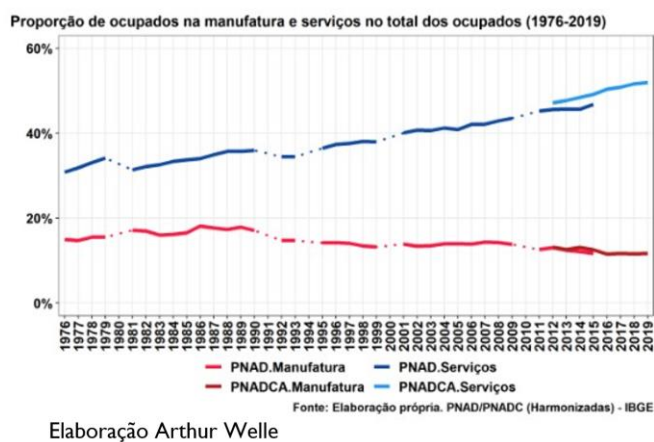
Ao mesmo tempo, atividades socialmente indispensáveis e com enorme potencial transformador — como o trabalho na educação, nos cuidados, na coleta e reciclagem de resíduos, e nos serviços de saúde — continuam sendo subvalorizadas, subfinanciadas e marcadas pela precariedade. Essa situação não se deve à escassez de recursos ou a limitações tecnológicas, mas sim à ausência de prioridade política. Como mostra Belluzzo (2019), vivemos em uma sociedade onde a escassez que atinge parcelas significativas da população convive com formas concentradas de abundância capitalista. Trata-se de uma configuração que reflete escolhas políticas e econômicas, não fatalidades naturais. Uma sociedade que optasse por investir em escolas bem estruturadas, com professores em número adequado e valorizados, por exemplo, poderia gerar milhões de empregos qualificados, promover a equidade social e melhorar de forma consistente a qualidade de vida da população. Nesse sentido, a precariedade do trabalho não é uma consequência inevitável das transformações tecnológicas ou das dinâmicas econômicas, mas sim o resultado de escolhas sociais moldadas por disputas entre projetos distintos de sociedade — entre aqueles que defendem a mercantilização da vida e aqueles que lutam por sua valorização e democratização.



Nesse cenário, observa-se uma profunda reconfiguração das classes trabalhadoras no Brasil. Por um lado, houve relativa estabilidade na participação dos assalariados no total dos ocupados ao longo dos últimos 40 anos. Como mostra o Gráfico 2, a proporção de assalariados hoje é muito semelhante à registrada em 1980, com

oscilações associadas ao nível de atividade econômica. Atualmente, os assalariados representam cerca de dois terços da força de trabalho ocupada, o que revela uma certa persistência estrutural do trabalho assalariado, ainda que em condições muitas vezes precarizadas. O trabalho por conta própria — muitas vezes informal ou de baixa remuneração — apresentou crescimento moderado, com aumento de apenas dois pontos percentuais desde o início da série da PNAD Contínua, entre 2012 e 2024. O Gráfico 2 ilustra essas tendências, sugerindo que, apesar das mudanças tecnológicas e das novas formas de organização do trabalho, a base da estrutura ocupacional brasileira ainda permanece fortemente ancorada no assalariamento, embora marcada por heterogeneidade, desigualdade e fragilização das condições de trabalho.

Por outro lado, as mudanças na estrutura ocupacional ao longo das últimas décadas foram profundas e impactaram diretamente as bases tradicionais da organização sindical no Brasil. As categorias que sustentaram o sindicalismo durante o período fordista — como metalúrgicos, químicos e trabalhadores agrícolas — vêm perdendo peso relativo no conjunto da população ocupada. Em 1980, por exemplo, a indústria empregava cerca de 27% dos trabalhadores. Esse percentual caiu de forma significativa, atingindo 12,9% em 2024, segundo dados do IBGE. Trata-se de uma transformação estrutural, com repercussões importantes sobre a capacidade de organização e mobilização das classes trabalhadoras. Além disso, mesmo dentro do setor industrial, os segmentos que mais crescem são aqueles ligados à produção de bens não duráveis, como alimentos e vestuário, que tendem a gerar empregos com menor qualificação, baixos salários e pouca proteção social — em contraste com o perfil histórico das indústrias de base ou de bens de capital. O Gráfico 3 ilustra essa tendência de queda da participação do emprego industrial e o crescimento expressivo do setor de serviços, processo que se intensificou entre 1976 e 2019. Esse deslocamento setorial tem contribuído para a fragmentação das identidades coletivas dos trabalhadores e para a desestruturação das formas clássicas de representação sindical, exigindo novas estratégias de organização diante de uma classe trabalhadora mais dispersa, heterogênea e precarizada.



Simultaneamente, os serviços tornaram-se hegemônicos. Hoje, cerca de 70% das pessoas ocupadas no Brasil estão no setor terciário, um campo marcado por extrema heterogeneidade. Dentro desse setor, o crescimento do emprego tem ocorrido de forma desigual. Áreas como saúde e educação aumentaram sua participação de 10,9% em 2012 para 15% em 2024, com destaque para o setor privado. Embora esses setores apresentem potencial de geração de empregos qualificados, também têm sido afetados por formas de terceirização, sobrecarga de trabalho e desvalorização das carreiras.

Essa heterogeneização das classes trabalhadoras é acompanhada por um processo de segmentação e polarização. Há, por um lado, uma massa crescente de trabalhadores precários, autônomos por necessidade, sem acesso à seguridade social e expostos a riscos diversos. Por outro, um grupo restrito de trabalhadores qualificados com contratos formais e benefícios associados, muitas vezes referidos na mídia como detentores de uma "CLT premium", com planos de saúde, vales, bônus e outras vantagens. Essa clivagem não apenas fragiliza os laços de solidariedade entre os trabalhadores, como dificulta a organização coletiva e a construção de agendas comuns.

Esse fenômeno de polarização foi analisado por Kalleberg (2013) em sua obra *Good Jobs, Bad Jobs*, na qual o autor demonstra como o capitalismo contemporâneo não apenas precariza a base da pirâmide social, mas também aprofunda as diferenças dentro da classe trabalhadora, com uma crescente polarização do mercado de

trabalho. A coexistência de poucos empregos altamente bem remunerados com a maioria das ocupações mal pagas e instáveis configura um mundo do trabalho fragmentado, marcado por desigualdades internas que reproduzem e ampliam as desigualdades sociais mais amplas.

Em síntese, os principais problemas do trabalho hoje podem ser condensados em três dimensões centrais: (1) a ausência estrutural de empregos de qualidade para todos os ofertantes de força de trabalho, que se manifesta na informalidade, na "viração" no subemprego e na precarização; (2) a reconfiguração da estrutura ocupacional, com a perda de centralidade de setores tradicionalmente organizados e a hegemonia de serviços fragmentados; (3) a heterogeneidade e polarização crescentes entre diferentes segmentos das classes trabalhadoras, dificultando a ação coletiva e o enfrentamento das desigualdades. Uma desigualdade que se aprofunda ainda mais, quando se insere o recorte de raça e gênero.

Mudanças tecnológicas e trabalho: impactos nas ocupações, na vida social e nas alternativas precárias

As transformações tecnológicas recentes vêm desempenhando um papel central na reconfiguração do mundo do trabalho. Embora não estejamos assistindo a um colapso do assalariamento, observa-se um crescimento expressivo do trabalho por conta própria, sobretudo da pejetização e da chamada "uberização". Mais do que a simples substituição de empregos, o que está em curso é uma profunda reorganização das classes trabalhadoras, impulsionada não apenas pelas inovações tecnológicas, mas também pelo padrão de desenvolvimento hegemônico, pela ideologia neoliberal do empreendedorismo e por mudanças nos padrões de consumo das famílias.

As tecnologias digitais — especialmente as plataformas, os algoritmos e, mais recentemente, a inteligência artificial — têm desempenhado um papel ambivalente. Por um lado, eliminam postos de trabalho em determinados setores; por outro, criam novas ocupações, muitas delas marcadas pela informalidade, insegurança e baixos rendimentos. Embora os saldos quantitativos ainda sejam difíceis de mensurar com precisão, os efeitos qualitativos são evidentes: há uma reconfiguração dos modos de produzir, viver e se relacionar social e politicamente. Assim, a IA, por um lado, criou

uma evidente polarização das ocupações que estão no seu desenvolvimento e implantação da sua atividade econômica. Por outro lado, influencia e reconfigura as ocupações dos demais setores da economia. Por exemplo, o trabalho de um professor hoje precisa considerar a existência da IA e configura sua ocupação na área da pesquisa, da docência, das avaliações dos alunos, da burocracia para exercício da atividade.

Mesmo no universo do trabalho associado à inteligência artificial (IA), observa-se uma grande heterogeneidade ocupacional, que expressa e aprofunda as desigualdades já existentes no mercado de trabalho, especialmente pela combinação de trabalhos altamente qualificados com os trabalhadores invisíveis precários. Assim, de modo geral, é possível identificar três grandes grupos de trabalhadores, com posições muito distintas na divisão técnica e social do trabalho:

Trabalhadores altamente qualificados. São os profissionais diretamente envolvidos no desenvolvimento de algoritmos, ciência de dados, engenharia de software e machine learning. Atuam principalmente em empresas de tecnologia de ponta, centros de pesquisa e universidades, ocupando posições valorizadas, com altos salários, relativa estabilidade e prestígio social. Um exemplo são os engenheiros de IA contratados por grandes empresas de tecnologia (“big techs”).

Trabalhadores de qualificação intermediária. Desempenham funções relacionadas à adaptação, revisão e aplicação prática dos sistemas de IA em organizações diversas — como empresas, governos e instituições de ensino. São responsáveis por tarefas como curadoria de dados, ajustes de modelos e implementação de soluções baseadas em IA em áreas como recursos humanos, logística, saúde e finanças. Frequentemente atuam como “tradutores” entre os sistemas automatizados e os usuários finais, sem necessariamente dominar completamente os aspectos técnicos da tecnologia.

Trabalhadores invisíveis e precarizados. Representam a base oculta que sustenta a operação cotidiana da inteligência artificial. Segundo Casilli (2019), esses trabalhadores podem ser organizados em três subgrupos:

Clickworkers ou trabalhadores de microtarefas: realizam atividades repetitivas e fragmentadas, como classificar imagens, etiquetar objetos, transcrever áudios ou identificar sentimentos em textos — essenciais para o treinamento dos algoritmos.

Moderadores de conteúdo: encarregados de filtrar conteúdos violentos, ofensivos ou inapropriados em redes sociais e buscadores. Atuam para "limpar" o ambiente digital e, ao mesmo tempo, alimentar algoritmos de moderação automatizada. Muitas vezes, são expostos a conteúdos traumáticos, sem qualquer suporte psicológico ou proteção adequada.

Trabalhadores de serviços mediados por IA: incluem motoristas, entregadores, atendentes, tradutores e revisores que executam tarefas humanas por meio de plataformas digitais controladas por algoritmos. Apesar de sua relevância, enfrentam condições de informalidade, baixa remuneração e ausência de direitos.

Essa tripla divisão do trabalho na IA revela o quanto os sistemas automatizados dependem do trabalho humano, mesmo que frequentemente oculto. Como enfatiza Casilli (2019), trata-se de um “proletariado digital invisível”, indispensável ao funcionamento da inteligência artificial, mas desvalorizado social e economicamente. Além disso, a estruturação global desse trabalho expressa uma nova divisão internacional do trabalho, marcada por profundas desigualdades. Os trabalhadores altamente qualificados concentram-se nos países centrais, em especial nos polos tecnológicos dos Estados Unidos, Europa e China. Os trabalhadores intermediários apresentam maior diversidade e distribuição geográfica, enquanto os mais precarizados predominam nos países periféricos, como Índia, Filipinas, Venezuela, Brasil e Quênia. Essa nova hierarquia técnica e social do trabalho em torno da IA reforça clivagens estruturais ligadas a classe, gênero, raça e território, revelando que a automação não elimina o trabalho humano, mas o reconfigura em novas formas de subordinação e invisibilidade.

A retórica da inovação tecnológica costuma vir acompanhada de prognósticos catastróficos ou redentores. Assim, como está sendo mobilizada para a defesa política dos direitos e das proteções sociais, como mostra Filgueiras (2022), como será visto abaixo.

A precariedade estrutural ajuda a explicar, em parte, o crescente ataque à educação. Muitos dos empregos criados hoje exigem menos qualificação do que aquela que os trabalhadores possuem, gerando frustração e desvalorização social do conhecimento. Nos EUA, por exemplo, estima-se que cerca de 60% dos trabalhadores ocupem cargos que exigem um nível de escolaridade inferior ao que possuem — um

fenômeno que contribui para a sensação de inutilidade da educação formal, favorecendo discursos anticientíficos e antieducacionais.

Por fim, é importante destacar que a tecnologia, por si só, não determina o futuro do trabalho. Ela é um instrumento, cujo uso e efeitos dependem de escolhas políticas e sociais e das relações de poder. A mesma base tecnológica pode gerar ocupações radicalmente distintas: segundo dados do IBGE de 2022, um motorista de aplicativo ganha, em média, R\$ 1.780 por mês, enquanto um trabalhador em regime de teletrabalho (com uso intensivo das mesmas tecnologias) recebe cerca de R\$ 6.500 — três vezes e meia mais.

A chave da questão está, portanto, na forma como essas tecnologias são apropriadas e nas alternativas que se constroem coletivamente. Se não forem enfrentadas com políticas públicas, organização sindical e um projeto de sociedade orientado à inclusão social e melhor distribuição da renda do trabalho, as mudanças tecnológicas seguirão aprofundando a precariedade, agravando desigualdades e desestabilizando a própria democracia.

As respostas políticas conservadoras e neoliberais à crise do trabalho: individualização, desmonte de direitos e negação da ação coletiva

As transformações recentes no mundo do trabalho, marcadas por precarização, informalidade e instabilidade, exigem respostas políticas consistentes. No entanto, as principais saídas formuladas pelos setores conservadores e neoliberais — que hegemonizam o debate público nas últimas décadas — têm aprofundado a crise, deslocando sua origem estrutural para uma responsabilização individual. Podemos identificar quatro grandes eixos dessas respostas:

Requalificação e elevação da escolaridade: uma promessa desvinculada da realidade

Um dos pilares do discurso hegemônico é a ideia de que a elevação da escolaridade e da qualificação resolveria os problemas do mercado de trabalho. Embora o Brasil tenha registrado aumento significativo no nível educacional da população nas últimas décadas, os empregos gerados não acompanham essa

elevação. Ao contrário: a maioria das ocupações criadas nos últimos anos exige baixa qualificação. Por exemplo, o forte crescimento do emprego entre 2023 e 2024 é caracterizado como de baixos salários, de até 1,5 salários mínimos.

Os dados revelam um descompasso estrutural: muitos trabalhadores com ensino superior atuam em postos que não demandam esse nível de formação. Essa realidade gera frustração, desvalorização do conhecimento e questionamentos sobre a utilidade da educação formal. A precariedade, portanto, não decorre da falta de qualificação, mas da ausência de políticas que articulem educação, desenvolvimento e estrutura produtiva.

Em síntese, a qualificação profissional e a elevação da escolaridade são bem-vindas, mas os problemas do mercado de trabalho decorrem, em grande medida, do modelo de desenvolvimento adotado e das relações sociais de poder — e não de uma suposta insuficiência educacional.

Reformas trabalhistas: flexibilização a serviço do empregador

Outro eixo das respostas neoliberais é a flexibilização das relações de trabalho, com sucessivas reformas — especialmente a de 2017 — que fragilizam a proteção legal e promovem a liberalização unilateral das regras de contratação, jornada e remuneração. Essas reformas têm como orientação central transferir ao empregador o poder discricionário de definir as condições de trabalho, esvaziando o papel dos sindicatos e das instituições públicas reguladoras.

A chamada “reforma trabalhista” de 2017 introduziu a possibilidade de negociação direta entre patrões e empregados, inclusive sobre temas anteriormente protegidos por lei e por convenções coletivas. A legitimação dos acordos individuais, sobretudo para quem ganha acima de determinados tetos, rompe com a lógica da negociação coletiva e da proteção social universal. A grande inovação da reforma trabalhista de 2017 foi a tentativa de excluir os sindicatos da mediação dos conflitos na relação entre capital e trabalho. Trata-se de uma contraofensiva ao que se consolidou ao longo do século XX, quando se reconheceu — desde a criação da OIT — que essa relação é marcada por uma profunda assimetria de poder. Por isso, a existência de uma organização coletiva dos trabalhadores sempre foi considerada legítima e necessária para viabilizar a negociação coletiva e o estabelecimento de

normas coletivas. Isso porque a negociação individual entre empregado e empregador tende, estruturalmente, a ser desfavorável ao trabalhador (Krein, 2018)

Apesar das promessas, não há evidência empírica de que essas reformas tenham gerado aumento de empregos ou melhora da produtividade. Pelo contrário, estudos mostram que a precarização aumentou, e a produtividade média segue estagnada — em parte porque muitas pessoas trabalham em "bicos", com baixa remuneração e sem acesso a direitos.

Empreendedorismo e individualização da responsabilidade

Uma das faces mais insidiosas do projeto neoliberal é a difusão da ideologia do empreendedorismo de si como solução para a crise do trabalho. Essa narrativa sustenta que cada indivíduo deve “se virar”, empreender, tornar-se seu “próprio patrão” — independentemente das condições estruturais. Essa lógica desloca a responsabilidade do Estado e das políticas públicas para o indivíduo, criando culpabilização subjetiva pela própria precariedade.

Essa retórica é também reforçada por discursos religiosos, como os da teologia da prosperidade, que associam o trabalho assalariado à servidão e o empreendedorismo à redenção. Nesse contexto, a figura do empreendedor torna-se o ideal do “cidadão de bem”, enquanto a solidariedade, a ação coletiva e os direitos são vistos como obstáculos ao mérito individual (Cortês, 2021).

O desmonte dos direitos trabalhistas e a deslegitimação da ação coletiva

O processo de precarização é acompanhado pelo desmonte sistemático da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelo ataque frontal às instituições coletivas de representação, especialmente os sindicatos. Hoje, quase metade (49,4%) dos trabalhadores ocupados no Brasil não têm acesso a direitos trabalhistas — o maior percentual desde a Constituição de 1988.

A extrema-direita levou esse projeto ao paroxismo. O governo Bolsonaro explicitou sua visão de que o “modelo ideal” de regulação do trabalho é a inexistência de direitos, promovendo uma informalidade generalizada. Em discurso, o ex-

presidente chegou a afirmar que “os sindicatos são os parasitas da nação”⁵, deixando claro que a destruição das instituições de representação coletiva era parte central de sua agenda.

Esse ataque coincide com uma crise multifacetada do sindicalismo, expressa em quatro dimensões principais:

Crise de representatividade, com queda acelerada das taxas de sindicalização (de 22% para 12% entre trabalhadores formais; atualmente em 8,4% no total da força de trabalho);

Crise de mobilização, visível na baixa adesão a atos como o 1º de Maio;

Crise organizativa, com estruturas sindicais ainda ancoradas na lógica do fordismo, descoladas das novas formas de ocupação e da heterogeneidade das classes trabalhadoras;

Crise de elaboração, na dificuldade de formular um discurso capaz de mobilizar uma classe trabalhadora fragmentada, precarizada e com referências simbólicas diversas.

Em síntese, os sindicatos enfrentaram, nas últimas décadas, um processo de fragilização impulsionado por múltiplos fatores. De um lado, foram diretamente atacados por uma ideologia de cunho individualista e empreendedorista, que passou a orientar as políticas públicas e o discurso dominante sobre o trabalho. De outro, foram impactados por reformas trabalhistas regressivas — como a de 2017 no Brasil — que reduziram significativamente seu papel institucional e suas fontes de financiamento, comprometendo sua capacidade de atuação.

Ao mesmo tempo, os sindicatos também sofreram os efeitos das profundas transformações no mundo do trabalho, marcadas pela reconfiguração das formas de inserção ocupacional, pela heterogeneização das classes trabalhadoras e pela crescente fragmentação dos vínculos laborais. Essas mudanças colocaram desafios adicionais à organização e à mobilização coletiva, tornando mais difícil a atuação sindical nos espaços tradicionais de representação.

Após a reforma trabalhista, os sindicatos se enfraqueceram de forma substantiva. A retirada de suas fontes compulsórias de financiamento, combinada à limitação de suas prerrogativas na negociação coletiva, contribuiu para uma queda

⁵ <https://www.poder360.com.br/poder-flash/bolsonaro-chama-sindicatos-de-parasitas-da-nacaobolsonaro-chama-sindicatos-de-parasitas-da-nacao1528755/>

expressiva da taxa de sindicalização — observada no Brasil especialmente entre 2003 e 2017. Paralelamente, verificou-se uma perda de capacidade de vocalização pública das pautas do trabalho, resultando em uma crise de representação, de mobilização e de formulação de bandeiras concretas que fossem capazes de engajar uma classe trabalhadora cada vez mais segmentada, polarizada e dispersa (Colombi, et al. 2025).

Essa classe, majoritariamente inserida em setores de serviços, com forte presença em pequenas e descentralizadas unidades produtivas, coloca novos desafios para o sindicalismo tradicional. Assim, o que se observa é a combinação de dois processos simultâneos e mutuamente reforçados: a precarização das relações de trabalho e o enfraquecimento das organizações sindicais. (Galvão, et al. 2019).

O crescimento da extrema direita, do neofascismo são também resultantes da precarização do trabalho

O processo de fragilização dos sindicatos e a intensificação da precarização das relações de trabalho ocorrem em um contexto mais amplo de crise estrutural da sociedade contemporânea — uma crise multidimensional, que se manifesta nos âmbitos econômico, social, político, ambiental e cultural. Nesse cenário de desestruturação, abre-se espaço para que a extrema-direita capitalize os descontentamentos sociais resultantes das transformações no mundo do trabalho.

Observa-se, em diferentes países, o fortalecimento de forças políticas autoritárias em segmentos da sociedade que, em outros momentos históricos, apresentavam maior grau de organização e integração produtiva. A reestruturação produtiva, a globalização e a financeirização da economia contribuíram para o desmonte de setores industriais e para a perda de empregos de qualidade, impactando diretamente essas frações da classe trabalhadora. O sentimento de desamparo, a ausência de perspectivas de mobilidade social e o enfraquecimento das instituições que historicamente mediaram os conflitos sociais — como os sindicatos — criaram um terreno fértil para discursos de caráter reacionário, nacionalista e autoritário.

Nesse contexto, a precarização do trabalho não apenas corrói as condições materiais de vida, mas também desorganiza as formas coletivas de resistência. Como resultado, a extrema-direita tem sido capaz de dar forma política a sentimentos difusos

de frustração e desilusão social. Trata-se de um processo contraditório, no qual o descontentamento gerado pela erosão dos direitos sociais e laborais é apropriado por forças que, em última instância, aprofundam essa mesma lógica de desproteção.

Um exemplo expressivo dessa tendência pode ser observado na forma como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passou a ser, em determinados círculos sociais e nas redes digitais, utilizada como um termo pejorativo. Esse fenômeno revela duas dimensões complementares. A primeira é marcada pelo preconceito de classe, expresso na desvalorização simbólica do trabalhador formal e na tentativa de desqualificar os direitos historicamente conquistados. A segunda dimensão, contudo, pode ser interpretada como uma denúncia — ainda que difusa — das condições degradadas de trabalho oferecidas atualmente, que não asseguram dignidade, estabilidade nem pertencimento social. Assim, o discurso de rejeição à CLT, embora impregnado de conservadorismo, também expressa um mal-estar diante de um mundo laboral esvaziado de sentido e perspectivas.

A capacidade da extrema-direita de capturar esse mal-estar — e não as forças progressistas — evidencia um dos grandes desafios do campo democrático e popular. A crise do trabalho e a crise da representação sindical são também crises de projeto de sociedade. Diante disso, não basta apenas resistir às formas contemporâneas de exploração do trabalho impostas pelas novas estratégias de acumulação capitalista. É necessário, também, enfrentar o avanço das forças de extrema-direita, que têm como objetivo não apenas a destruição das instituições democráticas, mas também o desmonte das formas coletivas de organização dos trabalhadores — como ficou evidente nas políticas implementadas pelo governo Bolsonaro e nas manifestações públicas de lideranças reacionárias no Brasil e em outras partes do mundo.

A reconstrução de um projeto de trabalho com sentido, articulado à defesa da democracia e dos direitos sociais, exige a capacidade de formular agendas que respondam às novas formas de segmentação da classe trabalhadora e que sejam capazes de reconectar o mundo do trabalho ao horizonte da emancipação social.

Assim, a lógica neoliberal e conservadora, ao atacar os direitos e desarticular a ação coletiva, fragiliza a própria democracia e aprofunda as desigualdades sociais. Reatualizam-se desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho, e cresce o número de pessoas adoecidas em razão da pressão constante por desempenho.

Como afirma o psicanalista Christian Dunker⁶, a produtividade contemporânea é alavancada pelo sofrimento — a ideia de que “você nunca é suficiente”, de que “sempre pode fazer mais”, é o novo motor da economia.

Considerações Finais

As transformações recentes no mundo do trabalho produziram um cenário profundamente contraditório. De um lado, observa-se o avanço da precarização das relações laborais, a fragilização das organizações sindicais, o aumento da desproteção social e o enfraquecimento das instituições públicas do trabalho. Tais tendências estão diretamente associadas à reorganização da economia mundial, aos impactos da reestruturação produtiva, às reformas trabalhistas de orientação neoliberal, ao avanço das tecnologias digitais e à disseminação de ideologias centradas no individualismo, na meritocracia e no empreendedorismo.

De outro lado, essas mesmas transformações colocam novos desafios e abrem possibilidades de disputa política, simbólica e institucional. A crise do trabalho, ao mesmo tempo em que aprofunda desigualdades e desestrutura laços de solidariedade, também explicita a centralidade do trabalho para a reprodução social. O enfraquecimento dos sindicatos, por exemplo, não significa sua irrelevância, mas exige a construção de uma nova agenda sindical capaz de dialogar com um mundo do trabalho cada vez mais heterogêneo, segmentado, informal e disperso em pequenas unidades produtivas, especialmente no setor de serviços.

Nesse contexto, o desafio consiste em reconstruir um projeto para o trabalho, orientado por três princípios fundamentais:

Reposicionar o trabalho como eixo estruturante da vida social, em oposição à sua marginalização, mercantilização ou individualização;

Criar e valorizar ocupações socialmente necessárias, relacionadas à sustentabilidade ambiental, ao cuidado, à soberania alimentar e energética, e à proteção social;

Articular educação, proteção social e desenvolvimento produtivo, superando a lógica que individualiza a responsabilidade pelos fracassos sociais e resgatando o trabalho como prática coletiva, criativa e realizadora.

⁶. Cf. http://youtube.com/watch?v=NtPfpAX4BEc&ab_channel=UnBTV

As novas gerações — especialmente as juventudes das gerações Y e Z — já expressam, de maneira difusa, porém significativa, um novo sentido atribuído ao trabalho. Questionam formas abusivas de exploração e reivindicam modos de vida mais equilibrados, com maior autonomia, propósito e tempo para viver todas as dimensões da vida. Essa recusa, ainda que fragmentada, indica a existência de tensões e contradições que podem ser mobilizadas politicamente. É justamente nesse terreno de conflito simbólico e material que se abre espaço para a disputa do futuro, como por exemplo indica o apoio popular a bandeira do fim da escala 6x1 (Colombi, at. Al., 2025).

Contudo, a extrema-direita soube, até aqui, capitalizar de forma mais eficaz o mal-estar social gerado pela desestruturação do mundo do trabalho. O crescimento de discursos autoritários, nacionalistas e antissindicais tem encontrado ressonância entre setores médios e populares que perderam perspectivas de mobilidade social e se veem desamparados pelas instituições democráticas. O surgimento de expressões como o uso pejorativo da "CLT" em redes sociais revela, ao mesmo tempo, o preconceito de classe contra o trabalhador protegido e uma denúncia das condições laborais precarizadas que não oferecem sentido, pertencimento ou futuro.

Diante disso, o reposicionamento do trabalho como tema estratégico é uma urgência política e civilizatória. Não se trata de uma nostalgia do trabalho fordista, mas de reconhecer que não há projeto democrático, inclusivo e sustentável sem o reconhecimento da centralidade do trabalho na estrutura da vida social. A pandemia da COVID-19 escancarou essa realidade: a vida coletiva depende do trabalho humano, em especial daquele mais invisível e desvalorizado.

Assim, o futuro do trabalho e da democracia estão entrelaçados. A história não acabou. O trabalho, longe de desaparecer, permanece como um campo estratégico de resistência, reinvenção e transformação social. É nesse horizonte que se inscreve a luta por um novo pacto social, capaz de reconstruir o tecido coletivo a partir das demandas concretas da classe trabalhadora, com justiça social, dignidade e sustentabilidade.

Referências

BALTAR, Paulo. *O mercado de trabalho brasileiro no início do século XXI*. Campinas, 2003. Tese (Livre-docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Contracorrente, 2019.

CASILLI, Antonio A. *En attendant les robots: enquête sur le travail du XXI^e siècle*. Paris: Seuil, 2019.
Tradução: *Esperando os robôs: investigação sobre o trabalho do século XXI*. São Paulo: Elefante, 2021.

COLOMBI, Ana Paula; CAMPOS, Anderson; ARAÚJO, Ariella S.; GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari; AMORIM, Elaine; TRÓPIA, Patrícia V. Escala 6x1: hora de acordar os sindicatos. *Instituto Humanitas Unisinos – IHU*, São Leopoldo, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/648160-escala-6-1-hora-de-acordar-os-sindicatos>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CORTÊS, Mariana. A REVOLTA DOS BASTARDOS: do Pentecostalismo ao Bolsonarismo. *Caderno CRH*, 34, 2021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.46419>

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. *“É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital*. São Paulo: Boitempo, 2021.

GALVÃO, André; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; OLIVEIRA TEIXEIRA, Marilane. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 86, 2019.

GALVÃO, André; KREIN, José Dari. Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). *Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978–2018)*. São Paulo: Annablume, 2019. p. 203–233.

GALVÃO, André; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Rodrigo; CASTRO, Júlia. A precarização do trabalho e os desafios da organização sindical no Brasil. *Revista CRH*, Salvador, v. 34, n. 91, p. [xx–xx], 2021.

IBGE. PNAD CONTÍNUA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* – IBGE. Resultados diversos, 2012–2025.

KALLEBERG, Arne L. *Good jobs, bad jobs: the rise of polarized and precarious employment systems in the United States, 1970s to 2000s*. New York: Russell Sage Foundation, 2013.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77–104, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>. Acesso em: 4 jul. 2025.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A (des)organização do trabalho no Brasil urbano. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 4, n. 3/4, 1991.